

DECISÃO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS

PROCESSO nº: 59500.002395/2024-72-e

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO nº 90029/2024

OBJETO: Fornecimento, transporte, carga e descarga de Caminhão trucado basculante, por sistema de registro de preços – SRP, destinados ao atendimento de diversos municípios na área de atuação da Codevasf nos Estados do Amapá, Pará, Ceará, Paraíba, Pernambuco (15ª/SR), Rio Grande do Norte, Tocantins, Goiás, Minas Gerais (16ª/SR) e Distrito Federal distribuídos em 10 (dez) itens,

RECORRENTE: CEARÁ DIESEL S/A

RECORRIDA: CEQUIP IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA

I. DAS PRELIMINARES

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa, CEARÁ DIESEL S/A, inscrita no CNPJ Nº **63.388.441/0001-22**, em face da decisão do Pregoeiro que aceitou/habilitou a proposta da empresa **CEQUIP IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA**, inscrita no CNPJ nº CNPJ: **07.327.166/0001-66**, para o Pregão eletrônico nº **90029/2024**.

As razões do recurso e as contrarrazões foram apresentadas tempestivamente, estando assim presente o pressuposto para seu julgamento. Inicialmente, recomendo a leitura das razões do recurso e contrarrazões, os quais podem ser visualizadas na íntegra pelo Portal de Compras do Governo Federal: www.gov.br/compras e no site da Codevasf: www.codevasf.gov.br.

II. DAS RAZÕES DO RECURSO

A recorrente, observando o disposto no subitem 5.3 do Edital 90029/2024, apresentaram tempestivamente as razões recursais. Em síntese, alega a Recorrente nas razões de seu recurso os seguintes pontos:

1 - O Recorrente argumenta que a empresa CEQUIP não atendeu os itens 6.1.10, “g” e “h” do edital, não atendendo ao disposto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991 e 429 da CLT, descumprindo o atendimento do quantitativo mínimo legal de contratação de menor aprendiz e pessoa com deficiência (pdc).

2 - Alega ainda, que a recorrida, CEQUIP, apresentou declaração via sistema COMPRASNET, afirmando que cumpre a reserva de cota para Pessoas com Deficiência ou Reabilitados da Previdência Social, bem como cota para Aprendizagem, sendo que a recorrente consultou no sítio eletrônico <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz>, e constatou que a licitante não cumpre o art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991 e item 6.1.10, “h” do edital.

III.DO PEDIDO DA RECORRENTE

Quanto ao pedido da recorrente CEARÁ DIESEL S/A:

Diante do exposto, considerando que a recorrida não cumpre a cota de aprendizes, bem como a cota de contratação de pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social, se faz necessário a desclassificação da empresa CEQUIP no presente certame, por ser medida de direito.

IV. DAS CONTRARRAZÕES

Não houve.

V. DA ANÁLISE

ESCLARECIMENTOS INICIAIS

Inicialmente, é importante ressaltarmos que este pregoeiro e a comissão de licitação possuem atribuições que se restringem ao procedimento licitatório, e não as que se referem aos agentes de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, que dizem respeito ao âmbito Justiça do Trabalho, ultrapassando a competência legal e conhecimento técnico do pregoeiro e de sua equipe de apoio. O julgamento do certame se pauta no estrito cumprimento aos princípios licitatório, tais como a legalidade, a vinculação ao instrumento convocatório e o julgamento objetivo, garantindo-se um julgamento licitatório conforme as exigências dispostas no Edital e respeitando-se a legislação vigente.

Sendo assim, diante da situação apresentada nos pedidos de recurso e da indisponibilidade de competência legal e de conhecimentos técnicos sobre o assunto direito do trabalho, esse pregoeiro, baseou-se em um parecer jurídico, 9ª/AJ/JBSL Nº 54/2024, proferido pela 9ª Assessoria Jurídica Regional da Codevasf – 9ª/AJ, em caso semelhante, no pregão 9001/2024, da Codevasf, na Superintendência de Goiânia, de não atendimento ao quantitativo mínimo legal de contratação de menor aprendiz e pessoa com deficiência (pdc).

Realizadas essas observações iniciais, gostaria de apresentar breves esclarecimentos sobre alguns pontos que merecerem atenção no pedido de recurso encaminhado pela recorrente.

Ressalta-se que nem a Lei 13.303/2016 nem o Decreto 10.024/2019, que rege o Pregão Eletrônico, exigem, para fins de **habilitação** no certame licitatório, declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social, prevista no art. 63, IV, da Lei 14.133/2021, nem a declaração de reserva de cota de aprendizagem. Tais requisitos não se aplicam às estatais.

Em consonância com essa premissa, o Tribunal de Contas da União - TCU, no Acórdão 508/2024 - Plenário, de 27/03/2024, manifestou-se no sentido de que a

reserva de cargos não é exigível como requisito de habilitação em licitações realizadas por estatais, regidas pela Lei 13.303/2016.

Compreende-se, portanto, que a exigência de cumprimento da reserva de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes não pode ser imposta como requisito de habilitação. Ademais, o argumento de que a Recorrida deveria ser inabilitada por não atender a essas reservas legais não se sustenta, visto que, conforme demonstrado, o art. 63 da Lei 14.133/2021 não se aplica à Codevasf.

Entende-se que a exigência, pela Administração, de uma certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego é desprovida de amparo legal, sendo suficiente a apresentação da declaração pelos próprios licitantes quando do cadastramento das propostas no sistema do compras.gov.br.

ANÁLISE DO RECURSO

Feitos esses esclarecimentos iniciais, seguiremos para análise das alegações apresentadas pela licitante. Diante das argumentações apresentadas pela recorrente e com base no fundamento legal que rege nossa atuação no âmbito dos procedimentos licitatórios da Codevasf, bem como dos subsídios jurídicos fornecidos pelo PARECER JURÍDICO 9ª/AJ/JBSL Nº 54/2024, (Pregão 9001/2024), apresentaremos a seguir a análise deste pregoeiro quanto ao recurso interposto no Pregão Eletrônico nº 90029/2024.

Primeiramente, ressalta-se a importância de evidenciarmos alguns importantes esclarecimentos da 9ª/AJ sobre a legislação aplicável aos procedimentos licitatórios da Codevasf, constantes do Parecer Jurídico (o parecer completo pode ser visto na página da Codevasf no endereço https://editais2024.codevasf.gov.br/licitacoes/sede-brasilia-df/pregao_eletronico/editais-publicados-em-2024/edital-no-90029-2024/.)

*17. Inicialmente, destaca-se que **o presente Edital (peça 39) é regido pela Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) e não pela Lei 14.133/2021**, conforme consta nas páginas 1 e 3 do referido*

documento (peça 39). **A Codevasf é uma empresa pública federal, seguindo, portanto, o seu próprio regime jurídico, estabelecido na Lei 13.303/2016, salvo em situações em que essa lei remeta expressamente à aplicação da Lei 14.133/2021¹.** [...]

19. Em conformidade com o disposto no art. 189 da Lei 14.133/2021, o art. 1º do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf (RILC) define que, **quando a Codevasf utilizar a modalidade de licitação pregão, esta será regida pela Lei 14.133/2021, no que couber, especialmente no tocante à fase procedimental. Contudo, a observância da Lei 13.303/2016 e do RILC permanece obrigatória para os demais aspectos substanciais do rito licitatório e do contrato.** [...]

22. Portanto, nas licitações realizadas pela Codevasf que utilizam a modalidade de pregão, o RILC estabelece a aplicação das regras procedimentais da Lei 14.133/2021, sem incluir as normas de natureza material previstas na Lei 13.303/2016.

Desse modo, diante das alegações feitas pela recorrente, de que a empresa CEQUIP não atendeu aos requisitos de habilitação exigidos pela Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), reforçamos o entendimento de que esses requisitos constantes no nosso instrumento convocatório não se referem ao exigido nessa nova lei, mas sim do disposto na **Lei 13.303/2016 (Lei da Estatais)**.

Ainda nesse assunto referente aos requisitos de habilitação, destacamos o importante entendimento da Assessoria Jurídica da Codevasf, 9ª/AJ, sobre o assunto apresentando no Parecer Jurídico:

27. Nota-se que **nem a Lei 13.303/2016 nem o Decreto 10.024/2019 exigem, para fins de habilitação no certame licitatório, declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e reabilitados**

¹ Cf. <https://schiefler.adv.br/nova-lei-de-licitacoes-estatais/> e <https://www.conjur.com.br/2022-out-06/opiniaoplicacao-subsidiaria-lei-licitacoes-estatais> / Acesso em: 18 set. 2024.

*da Previdência Social, prevista no art. 63, IV, da Lei 14.133/2021, nem a declaração de reserva de cota de aprendizagem. **Tais requisitos, como esclarecido acima, não se aplicam às estatais (e logo à Codevasf).***

*28. Ademais, **o item 10 do Edital em questão (peça 39) não inclui como requisito de habilitação as referidas declarações,** limitando-se aos requisitos previstos na Lei 13.303/2016 e no Decreto 10.024/2019: habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e econômico-financeira.*

É primordial reforçarmos outro importante ponto do Parecer Jurídico da 9ª/AJ, quanto ao Acórdão 508/2024 – Plenário, referente à exigência da reserva de cargos em licitações realizadas pelas empresas estatais:

*[...] d) a Lei 14.133/2021 estabeleceu como requisito de habilitação social o cumprimento da reserva de cotas do art. 93 da Lei 8.213/1991, que deve ser verificado ao longo da execução do contrato e é causa da sua extinção (transcrição de trecho em peça 35, p. 4-5); e) no entanto, o art. 1º, § 1º, da Lei 14.133/2021, prevê que esta Lei **não abrange as empresas públicas**, as sociedades de economia mista e as suas subsidiárias, regidas pela Lei 13.303/2016; f) o art. 32 da Lei 13.303/2016 prevê a aplicação das diretrizes da Lei 10.520/2002 na modalidade de licitação denominada pregão, sendo que, após a vigência da Lei 14.133/2021, as diretrizes na modalidade de licitação pregão são as da nova Lei de Licitações e Contratos, conforme art. 233 do RLCE 2.0; g) mesmo adotando as diretrizes da Lei 14.133/2021, no que concerne ao pregão, **a doutrina específica que são aplicáveis apenas as normas de cunho procedimental**, estando as normas de cunho material previstas na Lei 13.303/2016 (transcrição de doutrina em peça 35, p. 5); h) desse modo, no caso em tela, contando a Lei 13.303/2016 e o RLCE 2.0 com requisitos de*

*habilitação próprios e específicos, **não se aplicam as diretrizes e normas de cunho material da Lei 14.133/2021**; [...] II- a Lei n.º 13.303/2016, o RLCE 2.0 e o edital da licitação não estabeleceram como requisito de habilitação o cumprimento da reserva de cargos do art. 93 da Lei n.º 8.213/1991, não podendo, dessa forma (não como requisito de habilitação, mas sim como condição de participação), ser exigido. [...] I) por fim, a Lei 13.303/2016, o RLCE 2.0 e o edital da licitação **não estabelecem como requisito de habilitação o cumprimento da reserva de cargos do art. 93 da Lei 8.213/1991, não podendo, dessa forma, ser exigido como requisito de habilitação, mas sim como condição de participação**; (grifos nossos)*

Sendo assim, entendo que não há que se falar que as declarações apresentadas pelas empresas quando do envio da proposta no sistema do compras.gov.br são requisitos de habilitação, visto que essas declarações são exigidas no subitem 6.1.10, alíneas “b”, “g” e “h” do Edital, apenas para a participação no certame:

6.1.11. Declarações a serem enviadas, em campo próprio, através do sistema do Portal de Compras do Governo Federal, quando do envio da proposta: [...]

*b) De que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que **cumpre plenamente os requisitos de habilitação** definidos no Edital, e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias. [...]*

*g) De que os serviços são prestados por empresas que comprovem **cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência** ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação,*

*conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;
[...]*

*h) Da **Cota de Aprendizagem**, nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.*

Sendo assim, diante dessas análises quanto aos requisitos de habilitação, compartilho do mesmo entendimento do Parecer Jurídico da 9ª/AJ, no qual diz que “o argumento de que a Recorrida deveria ser inabilitada por não atender a essas reservas legais não se sustenta, visto que, conforme amplamente demonstrado, o art. 63 da Lei 14.133/2021 não se aplica à Codevasf.”.

Ademais, a recorrente alega no pedido de recurso que, ao emitirem certidões no portal do Ministério do Trabalho e Emprego, constam nesses documentos que a recorrida não atendeu ao exigido no subitem 6.1.11 do Edital, e que, portanto, deveria ser inabilitada por não cumprir os requisitos de habilitação constantes no instrumento convocatório. Além disso, a recorrente também alega que, com base nas certidões por ela emitidas no portal do MTE em nome da recorrida, a CEQUIP cometeu ato ilegal ao declarar falsamente que cumpre requisito constante no edital.

Entendo que não cabe ao pregoeiro e nem à comissão de licitação impor novas condições e exigências de novos documentos aos licitantes que não estavam especificadas no instrumento convocatório e na legislação vigente, principalmente no caso em tela, em que não há normativo específico que exija as certidões do MTE para a comprovação do cumprimento de cotas. Quanto a esse ponto, o Parecer Jurídico da 9ª/AJ destaca o seguinte entendimento:

*37. Nessa perspectiva, em resposta à dúvida apresentada pela 9ª/SL no Despacho nº 11/2024 (peça 73), **entende-se que a exigência, pela Administração, de uma certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego é desprovida de amparo legal, sendo suficiente a apresentação de uma declaração pelos próprios licitantes. Contudo, recomenda-se à Comissão de***

Licitação que diligencie para verificar a veracidade das informações declaradas pelas licitantes.

Ainda nesse sentido, é pertinente apresentarmos o ponto de vista constante no PARECER n.00118/2024/CGAQ/SCGP/CGU/AGU o qual esclareceu de maneira objetiva a questão da validade das certidões do MTE:

*EMENTA: I - Consulta submetida pela SGA/AGU a respeito de recurso interposto em face de ato de habilitação de empresa, concernente à exigência, na fase de habilitação, de declaração do licitante de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, nos termos do art. 63, IV, da Lei nº 14.133, de 2021. II- Preliminarmente, opina-se pelo não conhecimento do recurso, em razão de sua intempestividade, tendo em vista o disposto no art. 63, I, da Lei nº 9.784, de 1999, c/c art. 165, I, "c", e § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021. III- Considerando a invocação do princípio da autotutela pela recorrente e o pedido da SGA/AGU de esclarecimento de dúvidas jurídicas quanto aos fundamentos apresentados no recurso, fixou-se a interpretação da expressão "reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social," constante no art. 63, IV, da Lei nº 14.133, de 2021, no sentido de que: **a) a empresa deve destinar o percentual de cargos, previsto no art. 93 da Lei 8.213/91, às pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social; b) a eventual não ocupação de tais cargos destinados deve se dar exclusivamente por razões alheias à vontade da empresa; c) a empresa efetivamente deve estar empreendendo esforços para preencher o percentual legal de vagas.** IV- Esclareceu-se, ademais, ser **desprovida de legalidade a exigência, pela Administração, de certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, sendo suficiente a exigência da apresentação de declaração dos próprios licitantes de que cumprem as***

exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, conforme expressamente previsto no art. 63, IV, da Lei nº 14.133, de 2021. V- Concluiu-se, no caso concreto, que, diante da comprovação feita nos autos, a declaração prestada pelo licitante, de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, não se caracteriza como declaração falsa, não incidindo a infração prevista no art. 155, VIII, da Lei nº 14.133, de 2021.

Este pregoeiro e sua equipe, baseado Item 9.5 do Edital, que diz que é facultado ao Agente de Contratação (Pregoeiro), em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo, conforme art. 66 do Regulamento de Interno de Licitações e Contratos da Codevasf, solicitou a recorrida, por e-mail, esclarecimentos quanto ao não atendimento do quantitativo mínimo legal para contratação de menor aprendiz e pessoa com deficiência (PCD). A recorrida esclareceu que:

Em relação ao Pregão 90029/2024 – Codevasf, gostaríamos de esclarecer o motivo do não atendimento do quantitativo mínimo legal para contratação de menor aprendiz e pessoa com deficiência (PCD).

1. **Menor Aprendiz:** Nos últimos meses, tivemos um crescimento substancial na contratação de novos funcionários, o que resultou em um quantitativo inferior ao exigido pela Lei para menor aprendiz. No entanto, informamos que estamos em fase de contratação e que, em um período de aproximadamente 15 dias, o quantitativo estará regularizado.
2. **PCD:** Similarmente, o aumento na contratação de funcionários nos últimos meses levou a um quantitativo inferior ao exigido pela Lei para pessoas com deficiência (PCD). Contudo, também estamos em processo de contratação e, em até 30 dias, o quantitativo estará regularizado.

Este e-mail e também a decisão do pregoeiro, encontram-se na página do Edital da Codevasf, (https://editais2024.codevasf.gov.br/licitacoes/sede-brasilia-df/pregao_eletronico/editais-publicados-em-2024/edital-no-90029-2024/)

Pois bem, diante de todas as alegações feitas, tanto das recorrentes, bem como diligência feita a recorrida, e com base nos esclarecimentos jurídicos prestados pela 9ªAJ e pelo PARECER n. 00118/2024/CGAQ/SCGP/CGU/AGU, entendo que não há que se falar em ilegalidade por parte da empresa na declaração que foi encaminhada por ela quando do envio da proposta no sistema do compras.gov.br, a qual consta do Relatório de Declarações, disponível no portal do compras.gov.br, pois a empresa cumpriu com o requisito de autodeclaração constante do subitem 6.1.11, alíneas “g” e “h” do edital.

Logo, diante do acima exposto, entende-se que a empresa cumpre os requisitos de destinar o percentual reserva de cargos previsto na legislação, e que a eventual não ocupação de tais cargos destinados se dá por um desequilíbrio ocasionado por um crescimento substancial de novas contratações e que se compromete em um pequeno período, de 15 a 30 dias, para a regularização. Nesse sentido, entende-se que é legítima a simples declaração, feita pela própria empresa, de que ela cumpre as exigências de reserva de cargos previstas em lei, não se caracterizando como declaração falsa, conforme PARECER n. 00118/2024/CGAQ/SCGP/CGU/AGU.

O pregoeiro e sua equipe de apoio, em respeito ao princípio do julgamento objetivo, realizaram as análises de documentações, declarações, planilhas, dentre outros arquivos apresentados pela empresa vencedora do certame, em conformidade com o que consta como exigência no instrumento convocatório.

Diante do exposto, com base no PARECER JURÍDICO 9ª/AJ/JBSL Nº 54/2024 e no PARECER n. 00118/2024/CGAQ/SCGP/CGU/AGU, conclui-se:

- a) **o Edital nº 90029/2024 da Codevasf é regido pela Lei 13.303/2016 e não pela Lei 14.133/2021.** Já a regulamentação da modalidade licitatória de pregão eletrônico deve observar, no que couber, o disposto no **Decreto 10.024/2019**, segundo o Parecer Jurídico 9ª/AJ/JBSL Nº 54/2024.
- b) o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf estabelece a aplicação de **regras procedimentais da Lei 14.133/2021**. Sendo assim, as **disposições relativas à habilitação** constantes na Lei 14.133/2021,

por se tratarem de normas de natureza material e não procedimental, não se aplicam à Codevasf. Em vez disso, **devem ser observadas as disposições estabelecidas pela Lei 13.303/2016**, conforme destaca o Parecer Jurídico 9ª/AJ/JBSL Nº 54/2024.

- c) o edital exige, no subitem 6.1.11, alíneas “g” e “h”, **apenas como condição de participação no certame licitatório que a empresa DECLARE o cumprimento da reserva de cargos do art. 93 da Lei 8.213/1991 e da cota de aprendizagem do art. 429 da CLT**, não se tratando, portando, de critério de habilitação previsto na Lei 13.303/2016, no RILC e no Edital em questão;
- d) a Recorrida não pode ser inabilitada por não cumprir essas reservas, pois **o art. 63 da Lei 14.133/2021 não se aplica à Codevasf**, conforme observado no Parecer Jurídico 9ª/AJ/JBSL Nº 54/2024;
- e) é **desprovida de legalidade** a exigência, pela Administração, de **certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, sendo suficiente a exigência da apresentação de declaração dos próprios licitantes de que cumprem as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, de acordo com o previsto no art. 63, IV, da Lei nº 14.133, de 2021, segundo o PARECER n. 00118/2024/CGAQ/SCGP/CGU/AGU;
- f) Concluiu-se ainda, no caso em questão que, diante da comprovação feita nos autos, a declaração prestada pelo licitante, de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social não se caracteriza como declaração falsa, não incidindo a infração, conforme PARECER n. 00118/2024/CGAQ/SCGP/CGU/AGU.

VI. DA DECISÃO

Pelo exposto, com base em todo o fundamento legal apresentado, sem nada mais evocar, julga-se **IMPROCEDENTE o recurso administrativo interposto pela empresa** CEARÁ DIESEL S/A, inscrita no CNPJ Nº 63.388.441/0001-22, mantendo-

se a decisão do pregoeiro que habilitou e declarou vencedora do certame a empresa **CEQUIP IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA**, inscrita no CNPJ nº CNPJ: **07.327.166/0001-66**.

Submeta-se a presente decisão à autoridade superior, conforme subitem 6.3.11 do Edital nº 90029/2024.

Brasília, 19 de novembro de 2024

Claudio Azevedo Florêncio
Pregoeiro